

O PROFESSOR COMO (ANTI)HERÓI DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: PRÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE NA LÓGICA NEOLIBERAL

Sergio Ricardo Alves de Oliveira

TE

2. Didática, Formação e Profissão Docente

O estudo visa investigar as influências do organismo PRELAC/UNESCO (Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe) nas políticas educacionais no Brasil, no que tange a categoria do professorado. Este projeto conta com vigência até 2017 e tem exibido significativa ascendência no país por meio de propostas junto ao MEC.

O marco temporal para o mapeamento desta proposta de investigação é a década de 1990, quando a crise do capital mundial elenca um quadro de reconfiguração generalizado na educação brasileira. O trabalho docente exhibirá, então, neste final de século, uma intensificação da precarização do trabalho (perdas de direitos trabalhistas em contratos, represamento de concursos, achatamento salarial, arrocho orçamentário, políticas de gratificação por produção, acúmulo de atividades gerenciais, alto contingente de alunos por professor), o qual causa impactos incomensuráveis na identidade, bem como na integridade física e mental deste professor.

Nesse contexto, a educação dentro do paradigma neofordista acolhido pelos organismos internacionais – OI – é vista como uma mercadoria e aponta para uma desqualificação massiva visando a substituição de políticas de profissionalização dos docentes por programas de educação à distância, teleducação, entre outros.

O que se nota é uma maior flexibilização das relações do trabalho docente uma vez que é notória a perda de autonomia frente ao processo do fazer pedagógico com a emergência de políticas produtivistas, por exemplo, como resposta aos imperativos do capital internacional, o qual apresenta uma necessidade de reestruturação no tocante à crise do capital, face às altas quedas nas taxas de lucro. Segundo Frigotto (2003, p. 19):

“As novas demandas de educação explicitadas por diferentes documentos dos novos senhores do mundo - FMI, BIRD, BID - e seus representantes regionais - CEPAL, OREALC - baseadas nas categorias sociedade do conhecimento, qualidade total,

educação para a competitividade, formação abstrata e polivalente, expressam os limites das concepções da teoria do capital humano e as redefinem sobre novas bases”

As políticas salarial e sindical também são menosprezadas pelos governos como forma de administrar os conflitos e de dar sustentabilidade às reformas “recomendadas”.

Pode-se observar, no âmbito da educação escolar, uma crescente perda de autonomia e desqualificação do trabalho docente, promovidas, dentre outros fatores, por um processo gerencial de trabalho no qual se incide uma figura de categoria desarticulada, ou seja, desligada de uma proposta de coletivização de cunho democrático pronta a refutar tais condições de trabalho. Além disso, esta se apresenta esvaziada do conhecimento tácito e vinculada a um fazer pedagógico que se afasta da investigação científica calcada em um esforço de análise onde se ultrapassa a imediatividade dos fenômenos sociais.

A identidade do professor construída nestes discursos de lugar hegemônico é difusa ao veicular-se a idéia de que ele é inicialmente o problema, e que, ao mesmo tempo, é o ator potencial para a consecução das reformas. O projeto, enfim, é pensado para que esteja em consonância com o que se espera de um profissional “desajustado” e excessivamente corporativista, em outras palavras, um “sujeito político do *contra*” (EVANGELISTA, 2007). Nota-se, com este protagonismo docente que o professor é culpabilizado¹ pelo fracasso das reformas já que estaria nele a responsabilidade pelo ensino no chão da escola sendo atribuído a este grande importância como ator do processo “renovador”.

Por exigência da nova LDB - 9394/96 (BRASIL, 1996) houve a preocupação com a formação de docentes em nível superior para que continuassem atuando na educação básica, e, com isso trazendo neste bojo, a necessidade de expansão da rede de ensino superior. A criação de inúmeros centros universitários, por exemplo, vem mostrar uma proliferação de vagas de licenciaturas, o que demonstra a veiculação de um projeto de formação de professores aligeirado e superficial, por meio de cursos de qualidade duvidosa. A reforma na formação de professores também pôde ser observada no PNE (Plano Nacional de Educação) aprovado em

¹ “(...)os professores são muito visados pelos programas governamentais como agentes centrais da mudança nos momentos de reforma. São considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema. Diante desse quadro, os professores vêem-se, muitas vezes, constrangidos a tomarem para si a responsabilidade pelo êxito ou insucesso dos programas.” (OLIVEIRA, 2003).

2002, onde uma formação massificada, inclusive com o recurso da educação à distância, foi possível com esta proposta.

Palavras-chave: Trabalho Docente, Política Educacional, Organismos Internacionais.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei 9394/96, de 20.12.96, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, nº 248, 23.12.96

EVANGELISTA, O. ; SHIROMA, O. E. *Professor: protagonista e obstáculo da reforma*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set./dez. 2007

FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 2003.

MANCEBO, D. *Trabalho Docente, Políticas Educacionais e Instituição Escolar*. In: MONFREDINI, I. *Políticas Educacionais, Trabalho e Profissão Docente*. Ivanise Monfredini (org.); São Paulo: Xamã, 2008.

MAUÉS, O.C. *Reformas internacionais de educação e formação de professores*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, 2003.

OLIVEIRA, D. As Reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

UNESCO. *Revista Prelac*. <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001446/144666s.pdf>. Acessado em 21 de abril, 2009.